



GT 32. Em busca do bem viver: maternidade e protagonismo político das mães entre povos tradicionais

Coordenador(es):

Ediviges Marta Ioris (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Mônica Thereza Soares Pechincha (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Apesar de fundamentais na organização social, na obtenção e preparo dos meios de sustento e bem viver da família, ou nos processos de mobilização e luta por reconhecimento e direitos entre os povos tradicionais, as “mães” constituem uma categoria pouco problematizada em termos de posição ou protagonismo político. Embora os avanços etnológicos na abordagem sobre maternidade, outrora recolhida à esfera do “doméstico” e seus ofícios, o papel político que as mães desempenham ainda é matéria inicial de pesquisa, apesar do registro cada vez maior de mulheres indígenas e quilombolas, e de outros setores do campesinato, destacando-se na luta por direitos e para assegurar condições de vida aos filho/as, sobretudo na saúde e educação. Nelas, evidencia-se a condição de maternidade como propulsora de enfrentamentos em espaços públicos, além de modos de resistência cultural, nos quais os/as filhos/as representam possibilidades de reprodução de um modo particular de vida. Este GT objetiva uma reflexão sobre o papel político das “mães” na organização dos povos tradicionais e frente aos seus processos de luta por direitos e acesso a serviços e políticas públicas, e que permita, simultaneamente, problematizar o entendimento da noção de “mãe” junto a estes povos. Assim, serão bem-vindas contribuições que abordem processos nos quais “mães” indígenas, quilombolas, ou de outros pertencimentos étnicos, encontram-se mobilizadas em vários modos de luta para assegurar o bem viver de seus familiares.

Cacique Pequena: ?Uma força em muitas lutas?

Autoria: Regilene Alves Vieira (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Os Jenipapo-Kanindé residem na aldeia Lagoa Encantada, no Município de Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza-CE. É um dos 15 povos indígenas no Ceará reconhecidos pelo Movimento Indígena do estado e estão entre os grupos pioneiros na reelaboração e reivindicação da sua identidade étnica desde a década de 1980. Importante destacar que este povo tem como liderança política uma mulher conhecida por Cacique Pequena (Maria de Lourdes da Conceição Alves). Cacique Pequena tem 75 anos de idade e se tornou Cacique aos seus 51 anos em 1995, isso quer dizer que há 24 anos ela lidera a luta de seu povo. É mãe de 16 filhos, 60 netos e 34 bisnetos, agricultora, participa do Movimento Indígena e caracteriza-se por ser uma importante liderança nas insurgências étnicas no estado. Foi nomeada nos últimos anos como Mestre da Cultura Cearense e foi uma das três finalistas em 2017 do Prêmio Cláudia na categoria cultura. Além disso, é a primeira mulher a se tornar Cacique no estado do Ceará, ou seja, a primeira a ocupar uma posição de poder em um espaço majoritariamente masculino nas sociedades indígenas. Dito isso, o work busca compreender a trajetória de vida de Cacique Pequena articulada a luta pelo território, saúde, educação e dignidade humana de seu povo, no sentido de evidenciar como ?mãe? no contexto indígena desenvolve papéis fundamentais nas lutas coletivas de seus grupos para além da maternidade e do espaço doméstico. Para dar conta desse work a metodologia utilizada é de cunho etnográfico em que o work de campo, observação-participante foram as principais estratégias para o recolhimento de dados.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: